



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Assessoria Extraordinária para a Rio+20

CONSULTA SETORIAL PREPARATÓRIA PARA A CONFERÊNCIA RIO+20

SETOR PRIVADO

Produto 2

Projeto BRA/11/022: "Suporte Técnico ao Processo Preparatório da Rio+20", Assessoria Extraordinária para a Rio+20

Consultor: Olympio Barbanti Junior

1. Enquadramento da Contratação

Este documento é o segundo de três produtos solicitados no Termo de Referência 01/2012 – Consultas Setoriais, referentes ao Projeto BRA/11/022, "Suporte Técnico ao Processo Preparatório da Rio+20", relacionado ao Setor Privado, incluindo agricultura, indústria, setor financeiro e de serviços.

2. Escopo do Trabalho

O objetivo desta consulta setorial é fornecer insumos qualificados que contribuam para a formação de posições e propostas brasileiras para políticas públicas a serem implementadas após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20, tendo como referências as discussões a serem realizadas.

Tais insumos devem prover colaboração tangível para os dois temas do encontro: (i) a economia verde no contexto da erradicação da pobreza, e (ii) estrutura de governança institucional para o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, as consultas setoriais, para além do processo formal Conferência, visam também contribuir para uma estratégia mais ampla, com vistas a reforçar a agenda ambiental brasileira e assegurar um "legado" da Conferência. Ou seja, pretende-se reunir um conjunto de contribuições que ajudem a definir prioridades e estratégias para a agenda ambiental no período pós-conferência.

3. Dados da Reunião de Consulta Setorial

Local: Hotel Quality, Av. Rouxinol, 57, Bairro Moema, São Paulo, Capital, fone (11) 2197-7100

Data: 15 de maio de 2012

Horário: Das 9h às 17h30

Sala: Rouxinol

4. Logística Necessária

(i) Sala com capacidade para até 50 pessoas;	(ii) Computador;
(iii) Mesa disposta em formato de letra “U”;	(iv) Projetor tipo “data show”;
(v) Sistema de som, com dez microfones;	(vi) 50 blocos de anotação;
(vii) Sistema para gravação dos debates;	(viii) 50 canetas esferográficas;

5. Formato da Reunião

A consulta ocorrerá em reunião plenária, na qual os participantes estarão sentados em mesas dispostas em formato da letra “U”. Será feita uma apresentação inicial, por parte do MMA/ASRio, para nivelamento dos debates, seguida de discussão coletiva, em mesa redonda. Essa discussão será facilitada por este consultor, em parceria com a equipe da ASRio.

A facilitação será orientada por temas relativos à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, agrupados em sete unidades de reflexão. Cada uma dessas unidades traz consigo perguntas orientadoras.

6. Agenda da Reunião

9h	Recepção e Registro
9h30	Boas Vindas do Ministério do Meio Ambiente
10h	Objetivos da Consulta e Perspectivas para a Rio+20 e Adiante
10h30	Apresentação do Programa de Trabalho para o Dia
10h45	Café
11h	Apresentação dos Participantes e Discussão sobre Percepções sobre a Rio+20
13h00	Almoço
14h00	Unidade de Reflexão 1 – Externalidades, Tecnologias e Inovação no Contexto de Competitividade
14h20	Unidade de Reflexão 2 – Mercado, Produção, Consumo e Educação
14h40	Unidade de Reflexão 3 – Eficiência no Uso de Recursos e Economia de Baixo Carbono
15h00	Unidade de Reflexão 4 – Empregos Verdes, Promoção da Equidade e Dimensões Sociais
15h20	Unidade de Reflexão 5 – Cadeias, Micro e Pequenas Empresas
15h40	Café
16h00	Unidade de Reflexão 6 – Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável
16h20	Unidade de Reflexão 7 – Governança para o Desenvolvimento Sustentável
16h40	Sugestões adicionais dos participantes
17h00	Síntese e Encerramento

7. Conceitos-Chave para o Processo de Consulta com o Setor Privado

Os conceitos apresentados a seguir foram selecionados para dar nivelamento aos debates dos participantes da Conferência. Esses conceitos, bem como as perguntas orientadoras apresentadas a seguir, apontam para elementos presentes no processo de preparação e negociação da Rio+20. Elas serão apresentadas pelo facilitador no evento de consulta, como reflexões para nortear os debates e as contribuições do setor privado para a agenda nacional, e para o legado da Conferência.

8. Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável enfatiza uma abordagem holística, equitativa e aplicável à tomada de decisões em todos os níveis. Ele destaca não apenas o forte desempenho econômico, mas a equidade intrageracional e intergeracional. O desenvolvimento sustentável, portanto, refere-se à integração e à análise equilibrada dos objetivos sociais, econômicos e ambientais e à aplicação desta análise na tomada de decisão tanto pública quanto privada.

A definição original, presente no Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland), é a seguinte:

“O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de ‘necessidades’, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.”

8.1. Governança para a Sustentabilidade

Governança, no ambiente nacional e local, pode ser descrita como o processo pelo qual as decisões relativas às políticas de governo são feitas e implementadas. Isso ocorre como resultado de interações, relacionamentos e networks entre os setores público, privado e sociedade civil, e envolve decisões, negociações, e diferentes relações de poder entre os *stakeholders* para determinar quem obtém o quê, quando e como – ou seja, quem é responsável e *accountable* por quais ações. Alguns elementos de governança no desenvolvimento sustentável incluem: integração de dimensões econômicas, ambientais e sociais entre os setores da sociedade e áreas de políticas públicas; transparência e *accountability*; coerência entre políticas públicas e níveis de governo; engajamento de todas as principais partes interessadas, e outras medidas. O fortalecimento da economia nacional permite à iniciativa privada um papel crescente na governança, e, portanto, uma responsabilidade também crescente. (UNCSD, Issue Brief 10). A governança e os arranjos institucionais a ela ligados são um elemento que perpassa todos os temas desta Consulta. Desejamos colocar foco na dimensão nacional, ressaltando alternativas de arranjos *multistakeholder*, arranjos público-privados, bem como sugestões de ação própria das organizações privadas entre outras. Também são bem-vidas sugestões relativas à governança internacional.

8.2. Economia Verde

A economia verde é aquela que propicia o bem-estar humano e a equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Na sua expressão mais simples, uma economia verde pode ser pensada como uma economia de baixo teor de carbono, eficiente no uso de recursos, e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento da renda e do emprego deve ser direcionada por investimentos públicos e privados que reduzam as emissões de carbono e a poluição, aumentem a eficiência energética, e evitem a perda da biodiversidade e dos serviços ambientais (serviços ecossistêmicos). Esses investimentos precisam ser catalisados e apoiados por gastos públicos direcionados, medidas políticas e incentivos. O caminho para o desenvolvimento deve manter, melhorar e, sempre que necessário, reconstruir o capital natural como um bem econômico crítico, e como uma fonte de benefícios públicos, especialmente para as pessoas pobres, cujos meios de subsistência e segurança dependem da natureza. (Unep - *Towards a Green Economy Report*, 2011) O conceito de economia verde é o pano de fundo das discussões da consulta setorial, e implica na contínua reflexão sobre o modelo que dará sustentação às ações do setor público, do privado e do não governamental.

8.3. Empregos Verdes

Empregos verdes são definidos como o trabalho na agricultura, manufatura, pesquisa e desenvolvimento (P&D), atividades administrativas e serviços que contribuem substancialmente para a preservação ou restauração da qualidade ambiental. Especificamente, mas não exclusivamente, inclui os trabalhos que ajudam a proteger ecossistemas e a biodiversidade; reduzir o consumo de energia, materiais e água através de estratégias de alta eficiência; descarbonizar a economia e minimizar ou evitar a geração de todas as formas de desperdício e poluição. Estratégias inovadoras para promover empregos verdes só podem ter sucesso com o pleno envolvimento e participação dos trabalhadores e das empresas que, por meio do diálogo, discutem o impacto das mudanças nos mercados de trabalho, incluindo vulnerabilidades e desigualdades, e novos modelos de negócios. (Unep, OIT, OIE, ITUC - *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World*). *Desejamos nesta consulta discutir potencialidades para a criação de empregos verdes e identificar dificuldades que possam ocorrer neste processo de transição para a economia de baixo carbono, bem como alternativas para superá-las.*

8.4. Eficiência no Uso de Recursos

A economia verde reconhece que os recursos naturais são finitos e devem ser geridos tendo-se em mente sua escassez. Esta postura permite aumentar a eficiência do fluxo de recursos materiais, aplicando-se o princípio de "mais com menos". A economia verde procura ter em conta o valor econômico do capital natural e dos serviços ecossistêmicos. No longo prazo, economia verde se esforça para aumentar os benefícios econômicos, sociais e ambientais, visando alcançar a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que dissocia as atividades econômicas e o desenvolvimento social dos impactos ambientais negativos. (Unep – *Resource Efficiency in Latin America*, 2011)

8.5. Serviços Ecossistêmicos

Os ecossistemas provêem para a sociedade uma ampla gama de serviços: desde fluxos confiáveis de água limpa, solo produtivo e seqüestro de carbono, entre outros. Pessoas, empresas e sociedades contam com esses serviços - para a provisão de matérias-primas, processos produtivos, e estabilidade climática. Atualmente, no entanto, muitos destes serviços dos ecossistemas ou são subavaliados, ou não têm seu valor financeiro avaliado. Como as decisões cotidianas estão baseadas em retornos financeiros imediatos, as estruturas e as funções dos ecossistemas estão sendo fundamentalmente minados. A mais abrangente avaliação dos serviços dos ecossistemas já feita, o *Millennium Ecosystem Assessment* (2005), reuniu mais de 1.300 cientistas de 95 países, e revelou que mais de 60% dos serviços ambientais estudados estão sendo degradados mais rapidamente do que eles podem se recuperar. (Unep - *Payments For Ecosystem Services*, 2008).

8.6. Pobreza Extrema e Desigualdade

Pobreza extrema é geralmente compreendida como a grave falta de bens materiais e/ou de dinheiro. No Brasil, o Ipea considera pobreza extrema o rendimento médio domiciliar percapita de até um quarto de salário mínimo mensal. Diversos fatores, sistêmicos e estruturais, podem causar a pobreza e elevá-la a níveis extremos. A desigualdade social refere-se a uma situação em que indivíduos e/ou grupos não têm o mesmo status, a mesma condição de classe social, ou de relações sociais (Ipea, Comunicados n. 58).

9. Unidades de Reflexão e Perguntas Orientadoras

Sugere-se que as organizações convidadas concentrem suas contribuições nas questões mais diretamente relacionadas à sua área de atuação e que contribuam para ações que possam ser implementadas após a Rio+20, por meio de ações próprias, parcerias público-privadas, e políticas públicas que catalisem processos de mudança estratégicos para o desenvolvimento sustentável no contexto da erradicação da pobreza.

9.1. Externalidades, Tecnologias e Inovação no Contexto de Competitividade

A promoção da sustentabilidade implica na incorporação de custos que têm sido tratados como externalidades, além de mudanças em processos que podem, também, gerar custos que somente são amortizados no médio ou longo prazos. Esses custos podem diminuir a competitividade, especialmente em setores expostos ao mercado internacional. Inovações têm gerado ganhos, mas essas práticas têm ocorrido de forma lenta. Paralelamente, empresas ainda encontram dificuldades em estabelecer parâmetros para inserção de custos, investimentos e resultados em seus balanços, ao mesmo tempo em que buscam um ambiente econômico mais amigável à promoção da sustentabilidade no contexto do desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza.

Como fazer com que a sustentabilidade esteja corretamente refletida na estrutura de preços, e como fazer isso sem perda de competitividade no mercado internacional? Quais medidas econômicas críticas favoreceriam produtos e serviços sustentáveis no contexto da erradicação da pobreza? Quais critérios contábeis necessitam ser alterados para incorporar ganhos de sustentabilidade no desempenho das empresas? Quais áreas de negócios necessitam de novas tecnologias e de inovações críticas para a sustentabilidade?

9.2. Mercado, Produção, Consumo e Educação

Uma economia mais eficiente no uso de recursos é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável no contexto da erradicação da pobreza. Além da dimensão de eficiência no uso de recursos, necessita-se de uma economia que seja menos poluente e gere menos resíduos e menos emissões de gases de efeito estufa. Paralelamente, o consumo consciente é um dos fatores determinantes, porque ele cria incentivos a mercados e gera produtos e serviços com menor pegada ambiental, e com maior efeito positivo para a equidade social. No entanto, os preços mais elevados dos produtos verdes, a falta de informação, de conscientização, e de incentivos à mudança de comportamento representam barreiras e possibilitam práticas de lavagem verde. Educação para a sustentabilidade, principalmente no nível superior, permitiria uma visão interdisciplinar dos profissionais tomadores de decisão.

Quais medidas críticas podem ser adotadas para incentivar e ampliar sistemas de produção mais limpos e sustentáveis? Quais melhores estratégias de promoção da conscientização e da mudança de comportamento do consumidor? Qual é o papel dos índices de sustentabilidade neste processo? Quais estratégias e medidas devem ser adotadas para identificar e punir práticas de lavagem verde? Como tornar os relatórios de responsabilidade social corporativa mais objetivos e acessíveis ao público em geral? Como o setor privado pode cooperar para a implementação de uma disciplina de sustentabilidade nos cursos mais relevantes para os negócios?

9.3. Eficiência no Uso de Recursos e Economia de Baixo Carbono

Um elemento chave da sustentabilidade e da economia verde é o uso mais eficiente de recursos, o que é um elemento para ser considerado nas políticas de desenvolvimento industrial. Normas e padrões ambientais são necessários para melhorar a aceitação e a credibilidade internacionais dos produtos nacionais. Água, saneamento, resíduos e energia são temas interligados, que, do ponto de vista social, são essenciais para a redução da pobreza extrema e para a promoção da equidade. Essas quatro dimensões também se ligam à auto-suficiência na produção de alimentos, e aumento da produção de alimentos nas localidades. A eficiência energética é fundamental. O emprego de renováveis, adicionalmente, pode contribuir para a redução da pobreza, mas os custos do setor ainda são elevados.

Quais principais medidas são necessárias para se promover maior eficiência energética na produção, distribuição, industrialização e no consumo? Quais principais medidas o setor privado pode adotar, ou apoiar, para acelerar a economia de baixo carbono no país? Quais cadeias necessitam de suporte para a promoção de eficiência energética e/ou para redução de emissão de carbono? Como ganhar eficiência no uso da água na agricultura, desde a familiar até o agronegócio? Quais instrumentos financeiros poderiam ser criados para incentivar reuso e reciclagem da água nas empresas e pelo consumidor? Como o governo federal e o setor privado podem melhorar parcerias e ajudar os estados e municípios na questão do saneamento? Quais alternativas de mercado existem para eliminar aterros? Quais fatores necessitam ser criados para incentivar e tornar viável o uso de renováveis para o pequeno produtor e para o consumidor residencial?

9.4. Empregos Verdes, Dimensões Sociais, e Promoção da Equidade

A transição para uma economia verde implica no aumento de oportunidades de trabalho em setores mais eficientes no uso de recursos, menos intensivos em carbono, e com menor impacto social e ambiental. Empregos são verdes quando eles ajudam a reduzir o impacto ambiental negativo e, em última análise, conduzem a empresas e economias sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e social. Mais precisamente, empregos verdes são empregos formais e decentes que: (i) reduzem o consumo de energia e matérias-primas; (ii) limitam as emissões de gases de efeito estufa; (iii) minimizam o desperdício e a poluição; (iv) protegem e restauram ecossistemas. Em relação às dimensões sociais, investimentos de grande porte são cada vez mais cobrados por impactos causados nos processos locais e regionais de desenvolvimento. A promoção da equidade esbarra na dificuldade de análise, compreensão, quantificação e tratamento de impactos sociais, especialmente os negativos.

Quais são as principais oportunidades para a promoção de empregos verdes? Quais estratégias poderão favorecer a transição de empregos de áreas “marrom”, intensivas em recursos e de elevada emissão de carbono, para alternativas verdes, possibilitando um reposicionamento das empresas e dos trabalhadores? Quais principais setores da indústria necessitam de suporte para que, desde a mobilização de recursos primários até o consumo e a reciclagem caminhe-se para a sustentabilidade? Como garantir emprego decente ao longo de cadeias, e em terceirizados e quarteirizados? Como melhorar a análise de impactos nos EIA/Rimas, nos Planos Básicos Ambientais e nos processos de licenciamento? Quais critérios de promoção da equidade social podem ser incorporados nas decisões das empresas?

9.5. Cadeias, Micro e Pequenas Empresas

A responsabilização pela sustentabilidade implica em controle sobre os atores das cadeias, o que pode ser extremamente complexo e dispendioso, em particular naquelas que são estendidas e geograficamente dispersas. Micro e pequenas empresas têm grandes dificuldades financeiras e operacionais para incorporar práticas de gestão ambiental e outros critérios de sustentabilidade. As micro e pequenas ainda não fazem uso sistemático de formas de accountability (ex: relatórios). Há cadeias que nascem em situações sociais complexas, inclusive com uso de mão de obra infantil, devido ao envolvimento da família. Também há cadeias que demandam um complexo arranjo devido ao uso da biodiversidade e do conhecimento tradicional a ela associado.

Como controlar atores ao longo das cadeias, além da simples manifestação de compromisso existente nos contratos? Como monitorar terceirizados e quarteirizados? Como a empresa pode apoiar a superação de condições sociais indesejáveis, como a existência de trabalho infantil na agricultura familiar? Qual deve ser o relacionamento entre governo e empresa quando esta identifica uma infração que tenha sido feita por um ator de sua cadeia? Quais melhores estratégias para a promoção de treinamentos ao longo das cadeias? Quais incentivos são necessários para inserir pequenas e médias empresas nas práticas avançadas de sustentabilidade?

9.6. Gestão e Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável

De forma geral, os indicadores financeiros, como os de lucro e rentabilidade ainda não refletem adequadamente ganhos e custos com iniciativas de sustentabilidade. A quantificação (novas métricas) dos aspectos associados à sustentabilidade é um desafio para todos.

Quais dados estatísticos, e novas métricas, voltados para avaliações socioambientais em investimentos e em seguros são essenciais? Como os bancos podem aprofundar seus critérios de financiamento para a sustentabilidade, e criar sinergias entre linhas de financiamento? Quais melhores estratégias para ampliar o crédito responsável? Quais seriam os melhores modelos e agentes de financiamento para investimentos de longo prazo em medidas de promoção sustentabilidade? Quais subsídios existentes necessitam ser retirados e quais incentivos necessitam ser inseridos de forma a catalisar mudanças para a economia verde no contexto de erradicação da pobreza? As ações de responsabilidade social corporativa e de investimento responsável devem ser realizadas em parcerias? Quais novos sistemas de certificação são necessários? Como implementar serviços financeiros para as comunidades pobres, especialmente em zonas rurais?

9.7. Governança e Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

Governança demanda ações de governo capazes de promover interações, relacionamentos e networks entre os setores público, privado e sociedade civil, de forma coerente. Também envolve decisões, negociações, e busca conciliar diferentes relações de poder entre as partes interessadas. Para tanto, o governo procura integrar dimensões econômicas, ambientais e sociais, e agir com transparência e accountability. Cada vez mais, a iniciativa privada ganha um papel crescente na governança, e, portanto, uma responsabilidade também crescente.

Como o setor empresarial pode contribuir para aumentar a coerência entre políticas públicas e incluir considerações sobre sustentabilidade nas diversas políticas públicas setoriais com as quais ele se relaciona de forma mais próxima? Como incorporar nas práticas de negócio novos métodos de interação *multistakeholder* sem perder agilidade e foco? Quais principais medidas podem melhorar a integração de ações públicas e privadas? Quais marcos regulatórios poderiam ser considerados para propiciar a implementação de ações de desenvolvimento sustentável no contexto da erradicação da pobreza? No contexto internacional, que estruturas de coordenação e governança poderiam ser considerados mais adequados para viabilizar o desenvolvimento sustentável no contexto de erradicação da pobreza?

10. Relação de Convidados

	Entidade	Representante(s)
1.	Confederação Nacional da Indústria – CNI	Percy Soares – Analista de Políticas e Indústria - Gerencia Executiva de Meio Ambiente
2.	Confederação Nacional da Agricultura – CNA	Rodrigo Justos de Brito – Assessor Técnico Sênior - Comissão de Meio Ambiente
3.	Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF	Pedro Rocha – Gerente de Relações Institucionais
4.	Confederação Nacional dos Transportes - CNT	Vinicius Ladeira – Assessor Governamental
5.	Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo – CNC	Cristiane Soares – Assessora
6.	Câmara Internacional de Comércio - ICC	Marcelo Drügg Barreto Vianna - Vice President of International Chamber of Commerce / Brazil -
7.	Federação Brasileira de Bancos – Febraban	Mário Sérgio Vasconcelos – Diretor de Relações Institucionais
8.	BM&FBovespa	Sonia Favaretto – Diretora de Sustentabilidade
9.	Associação Brasileira Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp	Álvaro Camassari – Diretor da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade
10.	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp	Rui Alves de Oliveira e Maria Marta Teixeira Vasconcelos – Especialistas em Meio Ambiente
11.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan	Luiz Augusto Azevedo – Gerente Meio Ambiente
12.	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Micro Empresa – Sebrae	Miriam Zitts e José Marcelo Miranda – Assessores da Direção Técnica
13.	Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram	Rinaldo Mancin - Diretor Meio Ambiente, e Cláudia Salles - assistente
14.	Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim	Fernando Figueiredo – Presidente, e Nícea Fusaro – Gerente Assuntos Regulatórios e Meio Ambiente
15.	União das Indústrias da Cana-de-Açúcar – Única	Luiz F. do Amaral – Gerente de Sustentabilidade
16.	Compromisso Empresarial para a reciclagem – Cempre	André Vilhena – Presidente
17.	Associação Brasileira das Agências de Publicidade – Abap	Marcelo Diniz, Coordenador Projeto Indicadores Sustentabilidade da Indústria da Comunicação
18.	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - Cebds	Mariana Meirelles – Diretora
19.	Conselho Brás. Construção Sustentável - CBCS	Diana Csillag – Diretora Executiva
20.	Instituto Akatu	Ana Meca – Gerente
21.	Instituto Ethos	Henrique / Camila
22.	Associação Brasileira de Supermercados – Abras	Suzana Ferraz – Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade

11. Perguntas para Tele Consulta

As perguntas a seguir são destinadas àqueles não presentes na reunião. Para manter consistência e validade no processo consultivo, essas perguntas são um extrato daquelas inseridas na reunião setorial. Elas serão remetidas por e-mail e serão, adicionalmente, feitas durante entrevista telefônica, quando esta for possível.

10.1 A promoção da sustentabilidade implica na incorporação de custos que têm sido tratados como externalidades, além de mudanças de processo que podem, também, gerar custos que somente são amortizados no médio ou longo prazos. Esses custos podem diminuir a competitividade, especialmente em setores expostos ao mercado internacional.

Pergunta: Como fazer com que a sustentabilidade esteja corretamente refletida na estrutura de preços, e como fazer isso sem perda de competitividade no mercado internacional?

10.2. O consumo consciente é um dos fatores determinantes para o sucesso do desenvolvimento sustentável no contexto da erradicação da pobreza, porque ele cria incentivos a mercados e gera produtos e serviços com menor pegada ambiental, e com maior efeito positivo para a equidade social.

Pergunta: Quais melhores estratégias de promoção da conscientização e da mudança de comportamento do consumidor?

10.3. Um elemento chave da sustentabilidade e da economia verde é o uso mais eficiente de recursos, auto-suficiência na produção de alimentos, e aumento da produção de alimentos nas localidades. O emprego de renováveis pode contribuir para a redução da pobreza, mas os custos ainda são elevados.

Pergunta: Quais principais cadeias necessitam de suporte para a promoção de eficiência no uso de energia e água, e redução de emissão de carbono?

10.4. A transição para a sustentabilidade no contexto de erradicação da pobreza implica na promoção de empregos verdes, que são empregos formais e decentes que: (i) reduzem o consumo de energia e matérias-primas; (ii) limitam as emissões de gases de efeito estufa; (iii) minimizam o desperdício e a poluição; (iv) protegem e restauram ecossistemas.

Perguntas: Quais são as principais oportunidades para a promoção de empregos verdes? Quais estratégias poderão favorecer a transição de empregos de áreas "marrom", intensivas em recursos e de alto carbono, para alternativas verdes?

10.5. A responsabilização pela sustentabilidade implica em controle sobre os atores das cadeias, o que pode ser extremamente complexo e dispendioso, em particular naquelas que são estendidas e geograficamente dispersas. Micro e pequenas empresas têm grandes dificuldades financeiras e operacionais para incorporar práticas de gestão ambiental e outros critérios de sustentabilidade.

Pergunta: Como controlar atores ao longo das cadeias, e monitorar terceirizados e quarteirizados? Quais incentivos são necessários para inserir pequenas e médias empresas nas práticas avançadas de sustentabilidade?

10.6. De forma geral, iniciativas de sustentabilidade não estão relacionadas aos indicadores de lucro, rentabilidade ou qualquer outro que represente benefícios financeiros. De outro lado, linhas de financiamento para o desenvolvimento sustentável ainda não são claras.

Pergunta: Como aprofundar o financiamento para a sustentabilidade, e incorporar resultados das ações de sustentabilidade nos demonstrativos financeiros?

10.7. Governança demanda ações de governo capazes de promover interações, relacionamentos e networks entre os setores público, privado e sociedade civil, de forma coerente. Cada vez mais, a iniciativa privada ganha um papel crescente na governança, e, portanto, uma responsabilidade também crescente.

Pergunta: Como o setor empresarial pode contribuir para aumentar a coerência entre políticas públicas e incluir considerações sobre sustentabilidade nas diversas políticas públicas setoriais com as quais ele se relaciona de forma mais próxima? Como incorporar nas práticas de negócio novos métodos de interação multistakeholder sem perder agilidade e foco? No contexto internacional, que estruturas de coordenação e governança poderiam ser considerados mais adequados para viabilizar o desenvolvimento sustentável no contexto de erradicação da pobreza?

EM BRANCO